

## O IHGP: NARRATIVAS E DISCURSOS QUE CONSTROEM A *PARAIBANIDADE*.

Ana Carolina Santos; Maria Martins\*

**Resumo:** O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano é a mais antiga instituição de pesquisa histórica que está em funcionamento na Paraíba. Desde sua fundação em 1905, a referida instituição propôs-se à construção da história local com o objetivo de preservar a memória paraibana. Dentro desta perspectiva, surge o conceito de *paraibanidade*, reunindo um aparato de simbolismos que consolidam uma Paraíba: republicana, independente de Pernambuco, com os seus heróis e suas especificidades na história. O trabalho fundamenta-se em textos-base de DIAS (1996) que analisa os primeiros editais no intuito de compreender a historiografia paraibana, e em MARIANO (2003), que se utiliza dos discursos para analisar a formação das redes familiares e a inserção destas famílias na política paraibana. Também trabalharemos com as concepções de Gilberto Freyre, em Casa Grande e Senzala, quando aponta as características gerais da colonização portuguesa do Brasil, pois seu discurso traz um enaltecimento do português guerreiro e predisposto aos trópicos, e que também servirá como parâmetro para vários discursos posteriores na construção das identidades locais. Por fim, buscamos como fonte o discurso do membro do IHGP, notadamente de Claudio Santa Cruz, que em seu discurso de posse, em 1964 consolidou o objetivo da mencionada instituição com o termo *paraibanidade*. Assim, ao analisar a história do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), podemos compreender a produção dos discursos sobre a construção de uma identidade paraibana, bem como da historiografia, além de apontar e expor as lacunas existentes que ainda se fazem presente para tais compreensões. Portanto, nosso objetivo principal é apontar como os autores construíram o conceito de *paraibanidade* e o culto de uma história que se pretendia oficial, mostrando por outro lado que, atualmente, não é mais cabível se referir como a “História da Paraíba”, e sim perceber a multiplicidade da existência de “Histórias da Paraíba”.

### Introdução

Este artigo é fruto de interesses pessoais que brotaram na disciplina História da Paraíba I- parte integrante do currículo da Universidade Federal da Paraíba. As leituras sobre o Instituto Histórico Geográfico da Paraíba (IHGP) foi parte inicial do plano de curso para dar base às demais discussões que seriam importantes para uma formulação básica de como foi escrita a nossa História da Paraíba. Buscar um viés historiográfico nos permitiu ter uma noção da importância da citada instituição para a oficialização de um discurso, é com esse objetivo que surge a discussão do artigo. Para a compreensão da existência e do funcionamento do IHGP, será necessário fazer uma breve apresentação da dita história nacional com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838, pois a sua criação justifica-se pela necessidade de *formular* uma identidade nacional. A partir dos discursos, mais especificamente do membro Claudio Santa Cruz, poderemos ver a consolidação do termo *paraibanidade*. Portanto, com a junção dos discursos como fonte e algumas análises sobre a história do IHGP, temos como objetivos compreender como esse termo *paraibanidade*

---

\* Graduandas em Licenciatura Plena em História/ UFPB.

representa a sociedade paraibana e como este culto a uma história que se pretendia oficial por muito tempo foi a que se consagrou como a História da Paraíba.

### **Os Institutos Historicos e a necessidade de uma Identidade Nacional**

Após a independência do Brasil, em 1822, o Brasil necessitava mostrar que havia uma identidade nacional solidificada, com sentido de pertencimento, que não tivesse mais os ares de colônia de Portugal. Então, como construir uma identidade num local onde até pouco tempo era colônia de Portugal? Como criar um sentido de pertencimento num local em que os próprios habitantes não se enxergavam como partes deste local? Aqui é válido ressaltar que não queremos cometer o erro de generalizações, mas era assim que muitos habitantes se sentiam. Muitos não se enxergavam neste local.

Para tal atividade, surgem alguns órgãos com a incumbência de construir a tão necessitada identidade nacional. Dentre estes órgãos, fundou-se em 1838 o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, IHGB. Em *Intrepida Ab Origine*, Margarida Dias faz a seguinte menção com relação ao seu surgimento: “Como objetivo principal, propunha-se a marcar a passagem de um “Brasil sem história” para um “Brasil com história”. Sistematizar a história do Brasil e, através dela, dar uma identidade à nação eram as tarefas dessa identidade”. (DIAS, 1996:29)

Uma vez detectada a importância do IHGB para a identidade nacional brasileira, pode-se considerar que o referido foi um órgão pensado para “a produção, circulação e consumo de bens simbólicos com o objetivo de manter a ordem”. (DIAS, 1996:30)

Estudar o cotidiano das instituições nacionais nos permite enxergar como funcionava a dinâmica da sociedade da época, pois muito se têm a dizer estas histórias uma vez que quem as escrevia eram as pessoas ilustres de suas respectivas épocas. Membros da “boa sociedade literária e econômica”, pessoas importantes da época, associaram-se a partir de indicações imediatamente, contando também com ajudas financeiras simbólicas e a proteção de D. Pedro II. Assim, essa elite determinava como seria construída a História do Brasil. O IHGB desejava construir uma história com personagens heróicos e que trouxessem à tona o verdadeiro caráter da nação brasileira, buscando mostrar que mesmo apartado de Portugal, a antiga colônia seria a expressa continuidade da antiga metrópole nos trópicos. Esta nova “invenção” do Brasil deveria ser formulada como uma história homogênea, buscando no passado elementos que explicassem o que seria um “ser brasileiro”.

A respeito a esta afirmação, Dias define como seria esta história feita pelo IHGB:

Uma história sem rupturas. Sem rupturas internas, sem diferenças, nem rupturas externas. O Brasil independente foi pensado como continuação da civilização européia. A continuidade de tudo que Portugal representava como cultura européia, nos trópicos. (DIAS, 1996:31)

Desde então destinada à construção de uma história sem rupturas, a citada instituição dedicou-se a coletar e arquivar documentos que interessassem à história e a geografia do Brasil e que, a *posteriori*, servisse como ferramenta para o ensino público.

Em 1889 o Brasil passa por um importante processo histórico que necessitaria de um novo universo simbólico para legitimar o novo regime. Com o advento da República, o IHGB selecionou e elaborou um calendário cívico, contendo datas simbólicas que expressassem a possível evolução do Brasil para o novo regime. Diante nova conjuntura, os escritores empenharam-se para mostrar que a República foi sempre aspirada pela nação. Assim, o novo regime era provado historicamente, tendo tradição e um passado patriótico a partir dos movimentos precursores da república. “O calendário cívico era composto, portanto, das lutas de resistência às invasões holandesas, as lutas paulistas após a dominação espanhola, a Conspiração Mineira, o Movimento Baiano de 1798 e a Revolução de 1817”. (DIAS, 1996:32)

Para a construção de uma identidade nacional o IHGB promoveu a política de incentivo à fundação de Institutos Históricos e Geográficos locais. Estas fundações deveriam produzir histórias locais, baseadas em fontes e documentos catalogados e que pudessem contribuir para a formulação da história geral do Brasil. O fato é que mesmo com esta definição já traçada, esta relação não se deu sob forma imediata, pois interesses locais vinham à tona, dificultando este pensamento de unidade. Contudo, já era possível pensar num país que, mesmo tendo interesses específicos, conseguia relacionar-se em prol da República.

### **A criação do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**

Com o Brasil como continuador da “civilização” nos trópicos e também com o novo regime republicano, a criação dos institutos históricos e suas histórias locais foram justificadas. Dentro desta premissa, o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano foi criado para conciliar os seus objetivos aos do IHGB. Quanto à sua estrutura física, o IHGP seguia a mesma linha do IHGB. Tinha a sua existência intimamente ligada ao contexto político e

econômico local, com sua elite preenchendo cargos e também oficializando a “História da Paraíba”. Conforme afirma a autora Dias (1996), os membros do IHGP sabiam das suas importâncias dentro do IHGP e para a História da Paraíba

Os fundadores do IHGP colocaram-se a si próprios como marco histórico, contribuindo a única ruptura permitida nessa historiografia e a mais importante: a passagem de uma Paraíba sem história para uma Paraíba com história e escrita pelos paraibanos. (DIAS, 1996:36)

Como o seu surgimento está diretamente relacionado à República, o IHGP tinha como objetivo primordial construir uma história onde a Paraíba se apresentasse autônoma de Pernambuco. Para isto, fez-se necessário juntar todo aparato de fontes disponível que trouxesse à história paraibana um passado glorioso. Possuindo sua ligação direta ao Estado, o referido instituto ficou oficialmente marcado como o foco de produção historiográfica, legitimando a história paraibana, onde o processo histórico paraibano ficou traçado por um calendário cívico que incluíam datas como 05 de agosto de 1585, as lutas de resistências a invasões holandesas, a Revolução de 1817 e a Proclamação da República.

### **Simbolismos que constituem a *paraibanidade***

Para o Instituto Histórico Geográfico Paraibano, a base central para sistematizar o *ser paraibano* seria buscar na história local características que definissem a identidade paraibana. Antes de entrarmos na questão da identidade criada pelo citado instituto, segue abaixo a visão digna de menção da autora Serioja Mariano (2003) que, ao estudar as redes sociais paraibanas, conceitua identidade e o trata como fator indispensável para a realização do seu trabalho

(...) penso a identidade como uma construção histórica, como algo que pode ser modificado e não como um componente definidor eterno de um lugar, uma vez que os próprios espaços se modificam, assim como a compreensão que se tem deles. Penso a identidade como algo dinâmico, que é construído e reconstruído dentro dos conceitos sociais (...). (MARIANO, 2003:89)

Assim, a citada autora fecha sua definição enfatizando que identidade não pode mais ser vista como algo fechado e estático.

Mariano (2003) define o conceito de identidade ao perceber que o conceito utilizado pelo IHGP se posicionaria sob forma oposta. Em contraponto, o IHGP formula uma identidade cuja finalidade era preservar a memória paraibana a partir de simbolismos selecionados, milimetricamente pensados, baseados na história de grandes datas e grandes

homens, com o seu passado harmônico, sem rupturas e glorioso. Para tal feito, os membros da revista partiram desde a fundação da Paraíba até o advento da república para legitimar seus discursos. Baseando-se nas análises de discursos das autoras Serioja Mariano e Margarida Dias, apontaremos os simbolismos mais relevantes e que endossam *o ser paraibano*.

A *paraibanidade* deveria ser pensada como uma história que mesclasse os gestos revolucionários exaltados de um passado glorioso e que ao mesmo tempo, justificasse as ocupações das famílias importantes nas posições de destaque do instituto. Eram freqüentes os discursos que exaltassem o poderio militar e as famílias bastardas que descendiam deste passado cívico, pois esta linhagem militar significava um elemento de prestígio social. As memórias escritas pelos membros enalteciam personagens, destacando características que justificassem o presente desta elite. O contexto vivido durante a produção de cada discurso influenciava em cada designação que o historiador queria dar a sua narrativa, personagens como Amaro Gomes Coutinho e Peregrino de Carvalho, se faziam presentes constantemente como *o grande e indomável* ou *o mais valente dos insurgentes, o jovem herói da liberdade*. (MARIANO, 2003:92)

O IHGP tomou para si o ofício de legitimador da história, selecionando memórias e dando-lhes um sentido funcional para justificar o poder da elite paraibana que se inseria na nova conjuntura política e econômica paraibana. Assim, a historiografia paraibana foi produzida como a verdade absoluta. Serioja Mariano aponta que os discursos eram tão legitimadores ao ponto de serem criados mitos em função de uma nova situação da qual a instituição vivenciara. Eram comuns os discursos que compararam o heroísmo de João Pessoa ao de Peregrino de Carvalho, ambos consagraram-se em mitos, autênticos heróis que deram a sua vida em prol do Estado Paraibano. “A Paraíba precisava de um herói do período republicano e a memória cria e consolida essa visão em que o personagem histórico e o herói se confundem”. (MARIANO, 2003:94).

Retomando a questão dos simbolismos, a primeira característica marcante da história paraibana e do homem paraibano está no seu período histórico inicial, desde a sua fundação. O que a Paraíba vivenciou no dia 05 de agosto de 1585 foi uma civilização que desde cedo nasceu da paz, apresentando a sua singularidade na medida em que neste território não foi presenciado um episódio cruel e sanguinário da cultura indígena para o levantamento de um novo espaço. A partir das expedições portuguesas e com muito trabalho, nasceu aqui um acordo de paz

Foram expedições portuguesas que tiveram muito trabalho em ocupá-lo, mas elas são descritas como os vários capítulos de uma epopéia, onde o final feliz foi o “convencimento”, traduzido no acordo com a parte “boa” dos indígenas, de que essa seria o melhor caminho para o que viria a ser a Paraíba. (DIAS, 1996:51)

Margarida Dias põe entre aspas a palavra convencimento para exaltar o poder do discurso que o IHGP produzia, ao definir como *convencimento* a instituição esconde todos os episódios que massacraram a população nativa, enaltecendo a figura “boa” do português. Mas a figura do português trataremos mais adiante na abordagem mais cabível. Voltando a discussão anterior, outra palavra entre aspas diz respeito à parte “boa” dos indígenas. Esta parte boa seria a que colaborou com o convencimento e com o tratado de paz, assim, não seria toda a população indígena e apenas aquelas que se “disponibilizaram a colaborar com os portugueses”. A referida autora segue analisando o referido episódio, mostrando como personagens confundem-se com mitos nos discursos do IHGP

(...) esse momento de paz só foi possível graças às pessoas de João Tavares e Piragybe. A diplomacia de um e a inclinação à paz do outro possibilitou o acordo que em 05 de agosto de 1585, fez surgir uma nova cidade na então colônia portuguesa. (DIAS, 1996:52)

O *ser* paraibano herdara a bravura e tradição do português criada por um passado de luta e de resistência, e a sensatez dos tabajaras ao compreender de que se tratava do melhor para a história da sociedade que surgia naquela ocasião. João Tavares representava tudo o que o IHGP buscava dos portugueses, configurado como o *predestinado* e da colonização portuguesa é que herdávamos como modelo toda a noção de “civilização”.

Outra questão presente nos discursos produzidos pelo IHGP era a preocupação em dar autonomia ao Estado da Paraíba. Sabe-se que historicamente a Paraíba foi anexada a Pernambuco (1755-1777), e este período trouxeram resultados não tão satisfatórios para a elite paraibana, resultando numa capitânia mais defasada e frágil financeiramente se comparada ao início da anexação. Este fator também é notado nas pesquisas de Dias (1996)

Portanto a preocupação do Instituto Histórico em produzir uma história separada de Pernambuco nasceu da necessidade de criar uma identidade paraibana. (...), interessava a confecção de uma identidade nordestina aos interesses políticos históricos locais cabia a composição de uma identidade paraibana. (DIAS, 1996:54)

Ao IHGP coube o papel de criar uma Paraíba apartada de Pernambuco. Uma história da Paraíba com seus heróis e suas características específicas traria uma nova imagem local

onde mostraria a Paraíba no mesmo nível sócio, econômico e político em que se encontrava Pernambuco. Somadas às duas características citadas acima, os discursos do Instituto Histórico buscavam em outro episódio mais uma especificidade do ser paraibano. Trata-se da resistência dos “paraibanos” às invasões holandesas, sendo este outro período peculiar na história local uma vez que o ser paraibano mostrou a sua *bravura*. O período holandês também serve para mostrar uma peculiaridade que não há na história de Pernambuco, acentuando ainda mais a sua contraposição, como definiu a autora Margarida Dias em seu livro *Intrepida Ab Origine*, “À Paraíba ficou a resistência”. “Esses períodos, contados dessa forma pelo Instituto Histórico, colocam para a paraibanidade as características do caráter pacífico, mas associado à bravura, à intrepidez”. (DIAS, 1996:57)

Uma Paraíba que brotou de um acordo entre populações distintas, mas que mesmo assim se uniram em prol do que seria melhor para a sociedade; autônoma, com as características de bravura e resistência e possuindo os seus próprios heróis já estava justificada mediante a sua própria história. Mas o ponto culminante desta paraibanidade seriam a Revolução de 1817 e a Proclamação da República. Os movimentos de 1824 e 1848, Dias (1996) observou que há poucos discursos que tratem dos dois eventos, pois ambos foram movimentos separatistas e este fator divergia do ideário de nacionalismo que se construía na época.

Durante seu período de pesquisa, Margarida Dias expõe outra questão que a priori passa despercebido devido à euforia que os discursos apresentam para legitimar uma Paraíba republicana. “Em meio a esse caminhar para a República, havia os anos de Império. Como explicar a Paraíba Provincial?” (DIAS, 1996:57)

Sabemos que todo discurso é selecionado e manipulado pelo interesse por parte de quem o produz. Seguindo esta premissa, os membros do IHGP deram uma explicação que ainda mais enaltecia o ser paraibano. A Paraíba passou por um período de silêncio, mantendo a sua integridade e não comungou com acontecimentos do Império. Abaixo segue a opinião da autora Dias referente a esta afirmação: “A explicação do IHGP para que um povo se pronunciou em momentos tão importantes e justamente nesse, tenha se mantido calado, foi por este ser “(...) um solo fadado para a república”. (DIAS, 1996:58)

Com relação ao período imperial, pouco material se tem abordando este assunto. Mesmo assim explicam que no tocante ao desenvolvimento da Paraíba, esta se comportou sob forma positiva: lenta, gradual, mas sempre constante.

A Insurreição de 1817 é trabalhada com mais fervor, com muitos textos sobre esta temática. Nos discursos observa-se que 1817, (...) “não se pode esquecer a luta desses homens que são considerados responsáveis pela Independência do Brasil, e reforçar o sofrimento de pessoas ‘generosas’ é lembrar a participação da Paraíba nesse processo”, daí a grande quantidade de artigos que abordam o movimento (MARIANO, 2003:95). Assim, foi de grande importância ressaltar as relações de parentesco da elite local e seus antepassados em 1817, uma vez que esta ligação reforçava ainda mais os laços entre a história e a política. A proclamação da República é o ponto culminante deste caminho delineado pela Paraíba, já que a história local mostrava indícios consistentes de que o Estado já nascera predisposto ao republicanismo. “(...) na realidade, apesar da importância daquela data, mais contribuição deu à nação quem sempre trabalhou pela república, e nesse caso, a Paraíba foi, segundo eles, singular”. (DIAS, 1996:62).

### **O culto à *paraibanidade***

Uma vez expostos os simbolismos mais importantes que o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano selecionou para a formação da História da Paraíba, buscaremos analisar o discurso de Claudio Santa Cruz, membro do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, que em seu discurso de posse em 1964 acabou definindo com o termo *paraibanidade* todos os esforços que a já citada instituição fez para construir o *ser paraibano*.

Ao analisarmos o discurso de Claudio Santa Cruz Costa poderemos observar que mesmo em épocas distintas a história local sempre esteve interligada ao contexto nacional. Sendo assim, buscaremos também como fonte alguns termos utilizados pelo escritor e historiador Gilberto Freyre na definição do português, pois todos os dois discursos se utilizam desta “matriz” portuguesa para descrever a formação brasileira. Os objetivos já expostos acima justificam por si o cuidado com os anacronismos.

Em 1933, Gilberto Freyre escreve a primeira edição de *Casa Grande e Senzala*. O livro é construído para compreender e justificar o passado histórico que resultou na sociedade brasileira, a Casa Grande representaria na sua estrutura física toda a organização social e cultural que o Brasil se instaurou. Uma sociedade patriarcal, com suas tradições, contendo na figura do português colonizador o símbolo mais fortalecido para o “modelo de civilização”. Em contraponto e de complemento, a Senzala seria, as demais tradições vindas de negros,



índios e que deste hibridismo resultou na sociedade miscigenada que deu a base estrutural para a atual conjuntura social brasileira. Não é nosso intuito analisar a obra de Gilberto Freyre, o que nos interessa neste artigo é mostrar as semelhanças de discurso dos quais ambos os autores se utilizam para formular o ser nacional e local.

Em seu discurso de posse intitulado Considerações em torno de uma expansão (PARAÍBA: SÉCULO XVI), o membro Cláudio Santa Cruz Costa abre o seu ensaio com as seguintes palavras:

Inicialmente, a minha palavra de agradecimento pela admissão a tão honroso convívio. Depositária de nossos registros históricos, esta instituição credencio-se ao respeito e admiração da gente paraibana. A *paraibanidade* aqui se fixou para um culto permanente. (COSTA, 1964:131, grifos meus)

Esta citação resume categoricamente a importância e o prestígio social que a elite tinha em ingressar como membro do IHGP. O termo *paraibanidade* resumiria todos os anos de história e esforços do Instituto Histórico em construir a identidade paraibana, apresentada como uma história de grandes homens e de grandes datas. Como o título já mostra qual o teor do discurso, Costa vai mostrar na história da colonização paraibana todas as qualidades do português ao conseguir colonizar uma terra de difíceis contextos.

Nada foi fácil ao colonizador branco para se firmar neste espaço de Itamaracá, que depois, se transformou na Capitania Real da Paraíba. (...). Conservava o português seiscentista o espírito dos mercadores, missionários e marujos dos primeiros tempos da expansão ultramarina. (...). Finalmente, antes de findar o século, a Fé e o Império se estabeleceram às margens do Paraíba, pela bravura das armas lusitanas. (COSTA, 1964:131)

Sem a bravura e a predisposição do português, para os membros do Instituto Histórico, não haveria um processo *evolutivo* para o que conhecemos como “modelo de civilização”. Do português herdamos toda a bravura e todo o modelo civilizatório que seria necessário para o *progresso*. Em *Características gerais da colonização portuguesa do Brasil: formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida*, Gilberto Freyre define todas as características do português colonizador, enfatizando todos os aspectos positivos que a civilização europeia nos deixou como herança

(...), entre os elementos que se juntaram para formar a nação portuguesa, dos de origem ou estoque semita, gente de uma mobilidade, de uma plasticidade, de uma adaptabilidade tanto social como física que facilmente se surpreendem no português navegador e cosmopolita do século XV. Hereditariamente predisposto à vida nos trópicos por um longo habitat

tropical, o elemento semita, móvel e adaptável como nenhum outro, terá dado ao colonizador português do Brasil algumas das suas mais condições físicas e psíquicas de êxito e de resistência. (FREYRE, 2006:69)

Em ambos os discursos fica claro que do português herdamos todos os aspectos positivos para a nossa civilidade. Se não fosse por esta predisposição do português cosmopolita, móvel e adaptável, dificilmente teríamos um desenrolar tão singular para a nossa identidade brasileira e mais especificamente, paraibana. Podemos notar a semelhança entre as duas oratórias que, embora em finalidades diferenciadas, enaltecem o português como a nossa matriz social.

Um marco: A Revolução de Lisboa. Cláudio Santa Cruz abre o seu enaltecimento ao português com a história da revolução de Lisboa, analisando um texto em forma de crônica, mostra que os portugueses insatisfeitos com a arcaica estrutura feudal buscaram como saída a revolução afim de mudanças. Desta revolução, Portugal entraria numa nova fase social, “trazendo mudança dos homens e dos costumes”. (COSTA, 1964:133). Observe como Costa (1964) descreve o episódio da revolução portuguesa em seu discurso de posse

Realmente só existiria uma saída: o mar. A D. Henrique coube a tarefa de converter o Reino de economia agro-pastoril em um Estado navegador-mercantil, como Veneza ou Hansa Teutônica. O espírito de D. João, que descobriu o mar para os portugueses (...). Seria o caminho mais curto para as riquezas que se encontrava no Oriente longínquo. O povo, na aospção quinhentista do termo, enfrenta, agora, novos perigos. Empolgados pela miragem do enriquecimento rápido, sulcam os mares as naus e as caravelas orientadas pela ciência do Promontório. (COSTA, 1964:133-134)

O discurso mostra que o ser paraibano herdaria todos os benefícios desta nova conjuntura. Santa Cruz e Gilberto Freyre partilham do ideário que só a população portuguesa poderia ter nos deixado de herança tantas qualidades. Do contexto histórico de Portugal, buscam construir um português que também sofreu por sair de suas terras para construir uma nova civilização dos trópicos, pois o português teve que lhe dar com o novo e o desconhecido. Nenhuma outra civilização nos traria mais bravura que o ser português. “Os indivíduos de valor, guerreiros, administradores, técnicos, eram por sua vez deslocados pela política colonial de Lisboa como peças em um tabuleiro de gamão: da Ásia para a América ou daí para África, conforme conveniências de momento ou de religião”. (FREYRE, 2006:70)

Assim, o português assume a característica do homem que mais se dispôs à colonização. Como argumenta Costa: “Êsses incansáveis portugueses do apogeu e da

decadência das conquistas, vencendo a monotonia das longas viagens oceânicas, encontraram também, na América, mais perigos e guerras a enfrentar”. (COSTA, 1964: 135)

Após boas linhas destinadas à definição do português, Costa (1964) entra em uma nova etapa do discurso para mostrar o episódio do dia 05 de agosto de 1585, fundação da Paraíba. Inicialmente, mostra toda a tradição do pensamento histórico do IHGP

Era a natureza virgem e inviolada que moldava os homens aos seus caprichosos desígnios. Perigos e guerras enfrentaram neste pedaço de Itamaracá que depois chamou-se a Capitania Real da Paraíba. Os brasileiros destas paragens resistiram, ferozmente, às primeiras arremetidas da civilização portuguesa, e esta civilização os enfrentou com a coragem e a cobiça dos pioneiros. (...). Na Paraíba, a luta resolveu-se finalmente pela paz. (COSTA, 1964:135)

Ou seja, além de pouco falar dos episódios sangüinários que exterminaram muitos índios, o referido membro do IHGP afirma que o episódio de conquista deu-se por um consenso de ambas as partes em prol da sociedade que se formaria. A paz é tida por este consenso. Ao negro, pouca menção também se faz, para ele restaram os mesmos relatos de sofrimento nas senzalas e a mão de obra necessária à nossa formação: “Já o negro entrara para a nossa História com a sua missão fecundante da terra e enriquecendo de tristes lamentos as infindáveis noites das senzalas coloniais”. (COSTA, 1964:137)

Costa pouco se detém aos demais grupos étnicos, e a comprovação do fato vem mediante a continuação deste mesmo trecho: “Duarte Gomes da Silveira enche-se de amor pela cidade que vira fundar. Isolados na vastidão dêste Nordeste ensolarado, os primeiros colonizadores prosseguiram lentamente o itinerário que havia traçado, ao pisarem o novo continente”. (COSTA, 1964:137).

Costa e Freyre trazem a mesma semelhança em seus discursos. Reconhecer o negro e o índio seria essencial já que a sua nova conjuntura era o reconhecimento de um regime democrático, onde teoricamente todos eram cidadãos e a consequência seria a miscigenação que brotaria numa identidade harmoniosa, sem rupturas, cabendo todas as etnias como parte integrante da formação do ser brasileiro. Mas apesar de novos ares e se analisados cautelosamente, ambos os discursos mascaram os reconhecimentos em prol do português civilizador. A paraibanidade seria construída pelo IHGP baseada no reconhecimento de todos os povos, mas que busca como base o passado glorioso do português para justificar uma descendência de uma elite local que se estabilizava no poder.

### **Algumas considerações**

Cláudio Santa Cruz resumiu na palavra *paraibanidade* todos os propósitos que os fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano traçaram desde a sua fundação em 1905. Indubitavelmente a sua relevância como um local de produção histórica deve ser reconhecida, porém o que podemos constatar neste breve artigo é que o discurso da referida instituição produziu por muito tempo uma história que se pretendia oficial, uma verdade que durante muito tempo foi incontestada. Dias (2006) afirma que o IHGP tomou para si a incumbência de escrever a história da Paraíba, Mariano (2003) complementa esta afirmação ao considerar que a história garantiria a memória de membros da elite, sendo a história da gente opulenta e de boa linhagem. Assim, a *paraibanidade* foi consolidada. O IHGP criou uma História da Paraíba separada de Pernambuco, com seus heróis, com um *ser* paraibano inclinado para *a paz, a bravura, a resistência e o republicanismo*. Frutos do seu tempo, os discursos mostram muito mais do que uma simples oratória, nos permite enxergar os aspectos que uma sociedade vivenciou naquela época. Mais que isso, também nos abre o leque para possíveis reinterpretações, apontando que não é mais cabível uma História da Paraíba pronunciada no singular. São fontes que possibilitam dar visibilidade aos personagens esquecidos, que por muito tempo não eram interessantes para a História.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

COSTA. C, *Considerações em torno de uma expansão (PARAÍBA: SÉCULO XVI)*. RIHGP, 1964. Lima/Pereira (org.). Vol. 15º:131-138.

DIAS. M. *Intrepida Ab Origine: O Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a Produção Local-1905-1930*- João Pessoa: Almeida Gráfica, Ed. Ltda., 1996:82.

FREYRE. G, *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51ªEd. São Paulo: Global, 2006:727.

MARIANO. S, *A Paraibanidade Como Culto: A construção dos discursos históricos sobre 1817 no IHGP*. In: *Histórias da Paraíba: Autores e Análises sobre o Século XIX*. Sá/Mariano (orgs.). João Pessoa, Ed. Universitária, UFPB, 2003:87-100.

OLIVEIRA. E, *A Paraíba na crise do século XVIII: subordinação e autonomia (1775-1799)*. Fortaleza: BNB. ETENE, 1985